



Psicología desde el Caribe
ISSN: 0123-417X
ISSN: 2011-7485
Fundación Universidad del Norte

Krenkel, Scheila; Ojeda Ocampo Moré, Carmen Leontina; Cantera Espinosa, Leonor Maria
Violência contra a mulher e casaabrigo: reconstrução
do projeto de vida de mulheres brasileiras ex-abrigadas
Psicología desde el Caribe, vol. 37, núm. 2, 2020, Julho-Agosto, pp. 111-131
Fundación Universidad del Norte

DOI: <https://doi.org/10.14482/psdc.37.2.305.48>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=21371298007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Violência contra a mulher e casa-abrigo: reconstrução do projeto de vida de mulheres brasileiras ex-abrigadas

*Violence Against Women and Shelter:
Reconstruction of Life Project of
Ex-Sheltered Brazilian Women*

S C H E I L A K R E N K E L

<https://orcid.org/0000-0002-2976-7665>

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

Correspondencia: scheilakrenkel@gmail.com

C A R M E N L E O N T I N A O J E D A O C A M P O M O R É

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-2468-8180>

L E O N O R M A R I A C A N T E R A E S P I N O S A

Universidade Autônoma de Barcelona (UAB), Espanha

<https://orcid.org/0000-0002-4541-5993>



Resumo

O objetivo desta pesquisa qualitativa foi compreender a influência da passagem por uma casa-abrigo na reconstrução do projeto de vida de mulheres brasileiras ex-abrigadas por situação de violência extrema. Foram entrevistadas, em dois momentos, seis mulheres que estiveram abrigadas em uma casa-abrigo da região Sul do Brasil. Os dados foram organizados e analisados com base na Grounded Theory e com auxílio do software Atlas.ti 7.0. Os resultados mostraram que durante a passagem pela casa-abrigo houve dificuldades iniciais, tais como sensação de aprisionamento, dificuldade de adaptação às regras e o fato de não terem notícias do que acontecia fora do local. Por outro lado, as participantes mencionaram que a experiência de abrigamento foi um momento de aprendizado, reflexões e desenvolvimento da autonomia e autoconfiança. Isto as auxiliou na reconstrução dos seus projetos de vida em nível relacional, afetivo, profissional e de saúde, desenvolvendo estratégias para enfrentar situações difíceis em seu cotidiano. Considera-se necessário o aperfeiçoamento das políticas públicas por meio da criação de espaços efetivos nas casas-abrigo que forneçam elementos para a reconstrução dos projetos de vida das mulheres e do seu acompanhamento após saírem da casa-abrigo, visando à prevenção da violência.

Palavras-chave: Violência contra mulher; Casa-abrigo; Projeto de vida.

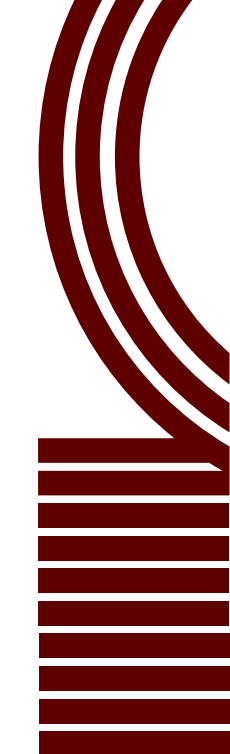
Abstract

The aim of this qualitative research was to analyze the influence of the passage for a shelter in the process of reconstruction of life project of ex-sheltered women ex-sheltered by situation of extreme violence. A group of six women who were housed in a shelter were interviewed. Data analysis was performed through the Grounded Theory together with Atlas.ti 7.0 software. The results showed that in the passage through the shelter there were initial difficulties, such as a feeling of imprisonment, difficulty in adapting to the rules and the not knowing about what happened outside the place. On the other hand, the participants mentioned that the shelter experience was a moment of learning, reflections and development of autonomy and self-confidence. This assisted them in the reconstruction of their life projects in relational, affective, professional and health level, developing strategies

Citación/referenciación: Krenkel, S. , Ojeda, C. , Cantera, L. Violência contra a mulher e casa-abrigo: reconstrução do projeto de vida de mulheres brasileiras ex-abrigadas. *Psicología desde el Caribe*, 37(2), 111-131.

Fecha de recepción: 30 de junio de 2019

Fecha de aceptación: 1 de abril de 2020



II2



tegies to face difficult situations in their daily life. It is necessary to improve public policies through the development of effective spaces in shelters that provide elements for the reconstruction of women's life projects and their follow-up after leaving the shelter with a view to preventing violence.

Keywords: Violence against women; Shelter; Life project.

Introdução

A violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública e violação dos direitos humanos devido à sua incidência e consequências para o desenvolvimento da mulher. De acordo com as Nações Unidas (ONU, 1993, p. 14), a violência contra a mulher se caracteriza por “todo o ato de violência de gênero que resulte ou possa resultar em dano físico, sexual ou psicológico, por ameaça, coação ou privação da liberdade, tanto na esfera pública quanto privada”.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2016), no mundo, aproximadamente 30% das mulheres que vivem uma relação com parceiro íntimo referem ter sofrido violência física ou sexual em algum momento de sua vida e 38% dos assassinatos contra as mulheres são cometidos por seus parceiros ou ex. No contexto brasileiro, nove mulheres sofrem agressão física por minuto e, de acordo com o Mapa da Violência (Waiselfisz, 2015), estima-se que 13 sofrem feminicídio a cada dia. Este Mapa (Waiselfisz, 2015) revela, ainda, que o perfil das mulheres que sofrem violência no país é de mulheres negras e jovens, com idade entre 18 e 30 anos.

As repercussões da violência contra a mulher podem ocasionar consequências para a saúde física, mental e reprodutiva, tais como: depressão, transtorno de estresse pós-traumático, ansiedade, tentativa de suicídio, dores pélvicas e doenças sexualmente transmissíveis (OMS, 2016). Diante da incidência da violência e repercussões para a saúde da mulher, ações e medidas têm sido desenvolvidas para o seu enfrentamento. No Brasil, houve a criação da Delegacia Especializada para o Atendimento de Mulheres – DEAM (1985), da Lei Maria da Penha – LMP (11.340/2006) e da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres (2011). A Lei Maria da Penha foi um marco importante em termos de legislação contra a impunidade dos autores da violência e elaboração de mecanismos para reduzir a violência contra as mulheres, como a criação de casas-abrigo que acolhem mulheres em situação de violência que estão sob risco iminente de morte (Brasil, 2011).

As casas-abrigo compõem o conjunto de setores que fazem parte da rede de suporte social, sendo este entendido como as práticas realizadas pelas instituições e organizações formais dirigidas à prestação de serviços e às ações de prevenção e promoção da saúde no contexto comunitário (Ornelas, 2008). Assim, dentro do conjunto de setores da rede de suporte social, as casas-abrigo têm por objetivo prover medidas de proteção emergenciais em um local seguro, capaz de acolher mulheres em situação de violência extrema (ameaça/ tentativa de homicídio) e risco de morte, acompanhadas ou não de seus filhos (Brasil, 2011).

Na casa-abrigo, as mulheres recebem atendimento de profissionais da psicologia e do serviço social e contam com a presença de educadoras sociais que trabalham em tempo integral no local (Brasil, 2011). Estas(es) profissionais visam a proporcionar informação e acesso a serviços instruindo as mulheres a reconhecerem seus direitos como cidadãs e os meios para efetivá-los (Brasil, 2011). As mulheres permanecem no local até o momento em que tiverem condições psicológicas e de segurança necessárias para retomar suas vidas socialmente (Brasil, 2011).

Conforme preveem as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em situação de Risco e de Violência (Brasil, 2011), o acompanhamento pós-abrigamento deve ser realizado por um Centro de Referência próximo à residência da mulher. Caso não exista, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) é o responsável por acompanhar as mulheres mediante articulação e negociação previamente acordadas com a rede de atendimento local (Brasil, 2011).

Pesquisa realizada com mulheres que estiveram abrigadas (Kim & Yang, 2016) revelou que a experiência de abrigamento contribuiu para o desenvolvimento da autoconfiança, empoderamento e autoestima. Indo ao encontro disso, para as mulheres participantes do estudo de Krenkel e Moré (2015), a passagem pela casa-abrigo foi importante para que pudessem refletir sobre suas vivências, valorizassem a si mesmas e se tornassem pessoas mais fortes. Ademais, nas pesquisas de Jonker et al. (2014) e de Wright et al. (2007), as mulheres ex-abrigadas destacaram que o apoio e os conselhos ofertados pelos profissionais da casa-abrigo as auxiliaram a lidarem com a situação de violência.

Além de procurarem ajuda na rede de suporte social e serem encaminhadas para casas-abrigo, mulheres em situação de violência também se utilizam de outras estratégias para o enfrentamento do problema. Entende-se por estratégias de enfrentamento o conjunto de esforços cognitivos e comportamentais utilizados por

um indivíduo para administrar, reduzir, minimizar, tolerar situações estressantes que excedem seus recursos pessoais (Antoniazzi et al. , 1998; Folkman et al. , 1986).

Assim, pesquisas mostram diferentes tipos de estratégias utilizadas como a busca por delegacias, serviços assistenciais, de saúde ou jurídicos, procurados, sobretudo, diante do risco de morte (Krenkel et al. , 2015; Netto et al. , 2015). Os estudos de Dutra et al. (2013) e Kamimura et al. (2013) revelaram que o bom atendimento, as informações e o apoio fornecidos pelos profissionais dos serviços assistenciais foram importantes para as mulheres realizarem a denúncia do autor da violência e se sentirem protegidas diante da situação de risco que vivenciavam. Outras pesquisas mostraram que as estratégias para enfrentar a situação de violência foram: leitura, atividade física, prática de esportes (Gomes et al. , 2015; Pérez-Tarrés et al. , 2016) e religiosidade/espiritualidade (Fernandes et al. , 2014; Gomes et al. , 2015; Melo et al. , 2015).

Nesse conjunto de estratégias, encontram-se as pessoas da rede de relações das mulheres, neste estudo nomeadas como redes sociais significativas, as quais são definidas como a soma das relações percebidas importantes capazes de oferecerem ajuda e apoio em momentos de crise (Sluzki, 2003). A rede social significativa é constituída por familiares, amigos, relações comunitárias como vizinhos, pessoas do credo religioso e serviços de saúde e assistenciais, além de colegas de trabalho ou estudo (Sluzki, 2003).

São vários os estudos empíricos realizados com mulheres em situação de violência que evidenciam a busca de pessoas da rede social significativa como estratégia para o enfrentamento do problema da violência (Gomes et al. , 2015; Reina et al. , 2013; Sylaska e Edwards, 2014; Vieira et al. , 2015). Tais pesquisas mostram que familiares e amigos são as pessoas mais procuradas, seguidas por vizinhos e colegas de trabalho. Os principais tipos de ajuda oferecida são: financeira, emocional e de conselhos. Em contrapartida, pesquisas revelam que familiares e amigos podem não corresponder às expectativas das mulheres por minimizarem a gravidade do problema, julgá-las ou mesmo culpabilizá-las pela situação (Sylaska & Edwards, 2014; Vieira et al. , 2015).

Com base nos resultados dos estudos sobre mulheres ex-abrigadas por situação de violência, observaram-se lacunas sobre seu seguimento/acompanhamento a fim de saber o que acontece com elas após saírem da casa-abrigo, que meios utilizam para enfrentarem situações difíceis em seu cotidiano e, principalmente, como o processo de abrigamento influencia na reconstrução do seu projeto de vida. Diante

disso, o presente estudo teve por objetivo compreender a influência da passagem por uma casa-abrigo na reconstrução do projeto de vida de mulheres brasileiras ex-abrigadas por situação de violência extrema. Entende-se que os resultados obtidos possam subsidiar reflexões que favoreçam o planejamento dos setores da rede de suporte social em relação às suas práticas por meio de um conjunto de recursos que auxiliem as mulheres ex-abrigadas a retomarem o curso de suas vidas. Além disso, almeja-se que este estudo possa contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas de seguimento/acompanhamento de mulheres que estiveram abrigadas por meio do desenvolvimento de propostas efetivas de cuidado e proteção, tanto no contexto brasileiro quanto internacional.

Método

Participantes

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, em que foram entrevistadas seis mulheres que vivenciaram situação de violência por seu parceiro íntimo e estiveram acolhidas em uma casa-abrigo, localizada na Região Sul do Brasil. As entrevistas ocorreram em dois momentos (2013 e 2015) a fim de conhecer e acompanhar a vida das participantes após a experiência de abrigamento. Os critérios de inclusão deste estudo foram: a) ser maior de 18 anos, b) ter vivenciado violência pelo parceiro íntimo, c) ter permanecido na casa-abrigo por, pelo menos, 10 dias, tendo em vista o tempo de adaptação das mulheres às atividades e à rotina do local; e d) residir na cidade em que estava localizada a casa-abrigo.

Com relação às características sociodemográficas, consideradas as da última entrevista, em 2015, as participantes tinham idade entre 23 e 45 anos, três delas estavam casadas com o autor da violência, duas estavam solteiras (namorando) e uma delas vivia em uma união estável com novo companheiro. Duas participantes tinham Ensino Médio completo; duas, Ensino Fundamental completo e duas, incompleto. Quanto à ocupação, três mulheres estavam trabalhando; duas estavam desempregadas e uma, aposentada por invalidez. Todas tinham filhos e a renda média familiar era de R\$ 2.300,00 (US\$ 460,00) por mês. As seis participantes disseram ter uma crença espiritual ou religiosa: três mencionaram a religião evangélica, duas se referiram à religião católica e uma participante afirmou crer no espiritismo.

Em todos os casos, a violência havia sido perpetrada pelo parceiro íntimo afetivo com quem, até o momento do abrigamento, as participantes mantiveram um relacionamento que durou entre um ano e meio até 14,6 anos. Tendo como re-

ferência os tipos de violência apontados pela OMS (WHO - 2002), as participantes deste estudo sofreram violência física, psicológica, sexual e financeira, com destaque para a violência psicológica, mencionada por todas como a mais frequente. O tempo de permanência na casa-abrigo variou entre 12 e 117 dias.

Técnica de coleta de dados

Foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas em profundidade com cada uma das seis participantes em dois momentos distintos. A primeira entrevista ocorreu em abril de 2013 quando as mulheres entrevistadas haviam saído da casa-abrigo há cerca de seis meses. A segunda entrevista foi realizada em setembro de 2015.

As entrevistas foram compostas por um roteiro de perguntas abertas sustentado no objetivo do estudo. Os temas centrais da entrevista foram: a) dados socio-demográficos das participantes, b) experiência da passagem pela casa-abrigo, c) projeto de vida (os itens a, b e c foram perguntados tanto na entrevista realizada em 2013 quanto em 2015), d) acontecimentos após a saída da casa-abrigo (moradia, trabalho, relacionamento afetivo, relações sociais e familiares, relação com o autor da violência, saúde da mulher e estratégias de enfrentamento do cotidiano relacionadas ou não com a violência) (o item d foi perguntado somente na entrevista realizada em 2015).

Procedimentos

Coleta de dados. Com o auxílio da coordenadora da casa-abrigo, foi possível entrar em contato com as mulheres ex-abrigadas. No primeiro momento (2013), foram entrevistadas 12 mulheres. No segundo momento (2015), havia a pretensão de reaproximar-se de todas. No entanto, foi possível contatar 10 delas, das quais duas não moravam na cidade e outras duas não quiseram fazer parte do estudo, totalizando seis participantes. Neste artigo, foram consideradas tanto as entrevistas realizadas em 2013 quanto aquelas feitas em 2015 com estas seis mulheres ex-abrigadas.

Cabe mencionar que antes de ir a campo, nos dois momentos de entrevistas, ocorreu um processo de sensibilização do roteiro de perguntas por meio da leitura a colegas de grupo de pesquisa e, também, de role playing das entrevistas realizado entre as autoras deste artigo. Este processo aconteceu a fim de identificar a clareza e a adequação das perguntas, além da estimativa de tempo.

As entrevistas ocorreram na Secretaria de Assistência Social, no CREAS e em uma das Universidades da cidade. Os encontros foram agendados conforme disponibilidade das mulheres, gravados e posteriormente transcritos para análise dos dados. No primeiro encontro, em 2013, as entrevistas tiveram duração média de 50 minutos e no segundo momento, em 2015, em média 1 hora.

Organização e análise dos dados. A organização e a análise dos dados, tanto da primeira quanto da segunda entrevista, ocorreram com base na Grounded Theory (Straus & Corbin, 2008). No panorama atual da pesquisa qualitativa, a Grounded Theory é utilizada tanto com o propósito de criar uma teoria quanto para análise dos dados (Cho & Lee, 2014). No presente estudo, esta perspectiva metodológica se sustenta na análise dos dados por meio de uma proposta indutiva em que as informações e os significados emergem dos dados (Cho & Lee, 2014) e ocorre por meio das etapas de codificação: aberta, axial e seletiva (Straus & Corbin, 2008).

A codificação aberta consistiu em identificar, nomear e agrupar os elementos de análise que representam o fenômeno investigado. Na codificação axial aconteceu o reagrupamento dos dados provenientes da codificação aberta associando as categorias e subcategorias de acordo com suas propriedades. Na codificação seletiva o conjunto de dados advindos das etapas anteriores foram integrados e refinados em categorias centrais (Straus & Corbin, 2008).

Cada uma das etapas mencionadas foi retroalimentada pela outra e, para auxiliar na organização e sistematização dos dados, foi utilizado o software de análise qualitativa Atlas.ti 7.0. Através do processo descrito, emergiram três categorias centrais de análise: 1) Experiência da passagem pela casa-abrigo, 2) Processo de reconstrução do projeto de vida das mulheres após o abrigo, 3) Reconstrução das relações sociais e familiares após o abrigo. As referidas categorias passaram pela análise de duas pesquisadoras qualitativas experientes em processos de codificação a fim de revisar a adequação e regularidades presentes.

Considerações éticas

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Universidade de vínculo das autoras (parecer nº 1.183.146), e atendeu às exigências do Conselho Nacional de Saúde (Res. 466/2012). Para preservar o sigilo das informações, cada participante está identificada pela letra P, seguida do número estabelecido conforme ordem de entrevista, idade e tempo de abrigo, por exemplo: P1, 45 anos, abrigada por 53 dias.

Resultados

Experiência da passagem pela casa-abrigo

Os resultados dessa categoria reuniram um conjunto de elementos sobre a passagem das mulheres pela casa-abrigo e a contribuição dessa experiência para sua vida pós-abrigamento. Todas as participantes destacaram o fato de se sentirem protegidas na casa-abrigo e que era o “melhor lugar em que poderiam estar” naquele momento: “Elas [educadoras sociais] estavam me ajudando, né? [...] Que lugar que eu estaria pra me sentir protegida? Eu sei que lá eu tava bem” (P5, 34 anos, abrigada por 12 dias).

Também referiram como um momento para refletirem sobre suas vidas, de aprenderem a conviver com outras pessoas (mulheres abrigadas e profissionais) que tinham costumes diferentes dos seus, além de servir como um período de aprendizado para pensar e planejar a vida após a saída do local. As participantes apontaram como importante terem sido auxiliadas pelas profissionais da casa-abrigo a encontrarem emprego e moradia própria ou irem para a casa de familiares, amigos ou pessoas do trabalho, além de ter sido de “grande ajuda” o acompanhamento psicológico recebido durante e após a saída do local. Também foi relatado que durante o processo de abrigamento as participantes conheceram meios que acreditavam serem eficientes para enfrentar outras (novas) situações de violência, como a assistência social do município, delegacia da mulher e conselho tutelar, ilustrado no relato a seguir:

Eu vi que eu posso contar com a ajuda dos outros [...]. E que a gente também não tá sozinha, que tem ajuda, tem assistência social, tem polícia, essas coisas assim que tão a nosso favor, né? Então, eu vi que eu posso enfrentar essa situação, que eu não preciso ficar com medo (P2, 25 anos, abrigada por 15 dias).

Quanto aos aspectos dificultadores da passagem pela casa-abrigo, as participantes se referiram à sensação de aprisionamento, dificuldade de adaptação às regras do local e o fato de não terem notícias do que acontecia fora da casa-abrigo. Ao serem indagadas sobre compararem suas vidas antes e depois da passagem pela casa-abrigo, as participantes falaram que antes não visualizavam recursos que pudessem auxiliá-las na resolução do problema e não acreditavam que “existia vida sem violência”. Relataram, ainda, sobre não querer denunciar o companheiro por medo de represálias e/ou de morrer. Segundo os relatos, após saírem da casa-abrigo, passaram a fazer planos, concluir projetos e valorizar as relações

e as conquistas materiais. Nesse sentido, esta categoria mostrou que a maneira como ocorreu o desempenho das práticas profissionais na casa-abrigo subsidiou o entendimento das participantes de que aquele era um lugar de proteção para suas vidas. Além disso, a partir dessa experiência, as mulheres refletiram sobre a possibilidade de criar/ter um projeto de vida pessoal e profissional, por meio do qual se visualizasse sua autonomia e empoderamento, como autoras de sua própria história.

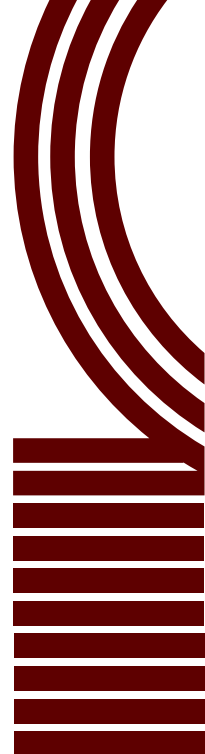
Processo de reconstrução do projeto de vida das mulheres após o abrigo

Esta categoria reuniu um conjunto de elementos que configuram o processo de reconstrução do projeto de vida das mulheres após saírem da casa-abrigo no que tange ao atendimento na rede de suporte social, moradia, trabalho e saúde física e emocional. Quanto ao atendimento ofertado pela rede de suporte social, após saírem da casa-abrigo, três das seis participantes foram atendidas individualmente pelos profissionais da psicologia e assistência social. Estas também fizeram parte do grupo de mulheres em situação de violência e foram encaminhadas para atendimento do setor social público próximo de suas casas. As outras três participantes optaram por não serem atendidas, pois acharam que não havia necessidade naquele momento.

No que se refere à moradia, três participantes foram acolhidas por seus familiares (filha, mãe e avó) e uma delas, por uma amiga. Outra participante alugou uma casa para ela e seus filhos e apenas uma (P3) saiu da casa-abrigo e voltou para sua casa, em convivência com o autor da violência. Passados alguns meses, outras duas mulheres (P2 e P4) também voltaram a viver com seus companheiros.

Dentre os projetos pessoais e para a família, foram relatados planos relacionados à moradia e ao relacionamento afetivo, dentre eles: ter casa própria, morar em um sítio, separar-se do autor da violência e alugar uma casa para morar com os filhos, casar com o namorado e terminar a casa que estava em construção. Com relação aos projetos de vida para os filhos, todas as mulheres entrevistadas falaram sobre o incentivo e a ajuda que destinarão para que estes estudassem e fizessem curso superior.

Quanto ao trabalho, ocorreram mudanças por iniciativa pessoal (em virtude de maltrato por parte das chefias), institucional e mudança de setor no mesmo local de trabalho. As participantes disseram que pretendiam investir nos estudos para progredirem profissionalmente e terem emprego e salário melhores. Relataram

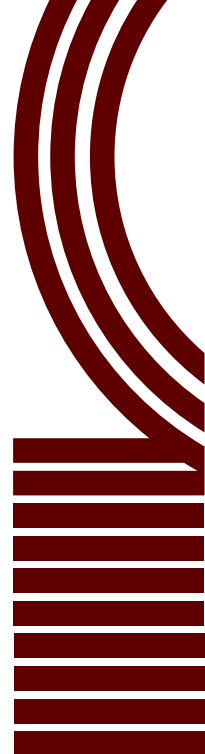


que um dos aprendizados obtidos durante a passagem pela casa-abrigo foi que ter um trabalho e receber um bom salário ajuda na autoestima e na independência delas. Os planos listados a seguir retratam algumas pretensões destas mulheres em termos profissionais: procurar emprego formal, terminar o Ensino Médio, terminar o curso de informática e fazer curso técnico nas áreas de massoterapia, auxiliar de veterinário, administração/ recursos humanos e curso graduação na área de segurança no trabalho.

No que tange ao estado e cuidado com a saúde física e emocional, os relatos evidenciaram que o primeiro ano após saírem da casa-abrigo foi o tempo para se restabelecerem física e emocionalmente. De acordo com as participantes, nesse período de um ano, tiveram insônia, estresse, depressão e alergias. No momento da segunda entrevista (2015), pouco mais de dois anos após terem saído da casa-abrigo, disseram estar com boa saúde física ou com os problemas de saúde, antes existentes, estabilizados.

Quanto à saúde emocional, na percepção das participantes houve melhora nos níveis de estresse e de depressão presentes no primeiro ano após a saída da casa-abrigo, além de relatarem se sentirem mais calmas. Sobre os cuidados com a saúde, três mulheres disseram que não realizavam nenhum tipo de cuidado por falta de tempo, por trabalharem demais ou por terem que cuidar dos filhos quando chegavam em casa. As que realizavam atividades voltadas à saúde relataram fazer caminhadas, andar de bicicleta e ler.

A religiosidade/espiritualidade foi mencionada por todas as participantes como um dos principais meios de enfrentar as situações difíceis ou problemas específicos do cotidiano, por meio de orações e/ou frequentar a igreja/o centro espírita. Outras formas de enfrentar os problemas cotidianos foram: agir com paciência e não com atos impulsivos ou repentinos, ler (ambos aprendidos durante a permanência na casa-abrigo, segundo as participantes), fazer exercício de relaxamento, dançar e “chorar para aliviar a tensão”. O aporte da passagem pela casa-abrigo na reconstrução do projeto de vida das participantes, evidenciado nesta categoria, ocorreu por meio dos diálogos com as profissionais do local, que encorajaram as mulheres a buscarem por emprego, visando à sua independência financeira, assim como a criarem estratégias para enfrentar situações do cotidiano, relacionadas ou não com a violência.



Reconstrução das relações sociais e familiares após o abrigo

Esta categoria congregou elementos em torno das relações sociais e familiares das participantes após a saída da casa-abrigo. Apresenta-se a experiência de reconstrução das relações das mulheres ex-abrigadas com o autor da violência, novo companheiro, com os(as) filhos(as), familiares e demais pessoas da sua rede de relações.

No momento da segunda entrevista (2015), três participantes estavam vivendo com o autor da violência e as outras três estavam em novos relacionamentos. Para as que mantiveram a relação com o autor da violência, as narrativas foram distintas e variaram desde “ter melhorado o diálogo, pensar antes de falar” (P3), “estar mais calmo, apesar do pouco diálogo e dos xingamentos recíprocos” (P4) até a ocorrência de novas situações de violência (P2). As mulheres que estavam em um novo relacionamento relataram ter uma relação de “confiança e transparência”, na qual não havia segredo, sendo que todos sabiam da história de violência entre elas e seus ex-companheiros. Os relatos evidenciaram que, apesar de ter vivenciado situações extremas de violência, as participantes acreditavam na possibilidade de viver uma nova relação que fosse diferente da anterior.

No que se refere à relação com os filhos, foi relatado que, após a passagem pela casa-abrigo, estavam mais próximos e unidos, tanto no caso daquelas que permaneceram com o autor da violência quanto das que se separaram deles. Com relação à família de origem e extensa, as participantes disseram terem sido acolhidas em suas necessidades emocionais e financeiras, principalmente quando saíram da casa-abrigo. Além disso, relataram reaproximação com os familiares, incentivada e mediada pelas profissionais da casa-abrigo, que por meio do seu trabalho contribuíram para as mulheres resgatarem e ressignificarem a relação com os membros da sua rede de relações, sobretudo com a família. Já uma das participantes do estudo (P2) disse ter se sentido acolhida pela família de origem ao sair da casa-abrigo, mas também julgada e criticada pela mãe e pelo padrasto por ter permanecido com o autor da violência.

Quanto às demais pessoas da rede de relações das mulheres (amigos, vizinhos, pessoas da casa-abrigo, colegas de trabalho), as narrativas mostraram que houve distanciamento ou perda de algumas relações por mudanças de trabalho e/ou de bairro. Após encerrarem os atendimentos nos setores sociais do município, também houve afastamento das(os) profissionais que lhes atendiam mantendo

contato com elas(es) por telefone ou mídias sociais, como o Facebook. Segundo as participantes, a situação de violência e a passagem pela casa-abrigo contribuíram para “escolher melhor” as pessoas com quem convivem, serem autênticas, não fazerem nada “só para agradar os outros” e não tolerarem desrespeito.

As participantes mencionaram sobre o resgate da relação de amizades com vizinhos e reaproximação de familiares dos quais estavam distantes por conta da situação de violência. O relato a seguir ilustra a construção e/ou reaproximação com as pessoas da rede social: “Eu vejo assim que é importante, porque a gente, cada dia que passa, que a gente conhece pessoas boas, a gente cresce e se renova e dá oportunidade pra gente ter uma vida melhor” (P1, 45 anos, abrigada por 53 dias). Houve, ainda, a manutenção da relação com algumas colegas de trabalho e com amigas que incentivaram a denúncia da situação de violência e acolheram as mulheres em suas casas ou as ajudaram financeiramente quando saíram da casa-abrigo.

De acordo com os relatos, caso passassem por algum momento de dificuldade, as participantes entrariam em contato com a coordenadora ou alguma educadora social da casa-abrigo, familiares (mãe, tio e avó) e amigas. Também reconheceram as funções de apoio emocional, conselhos e ajuda material desempenhadas pelas profissionais da casa-abrigo enquanto estavam no local e pelos familiares ao saírem. Os resultados desta categoria mostraram que a passagem pela casa-abrigo contribuiu para o resgate da relação com as pessoas da rede social significativa das participantes mencionada tanto como um recurso já acionado em momentos de dificuldades como para quem pediriam ajuda, caso precisassem, diante de um problema ou de uma situação de crise.

Discussão

De acordo com os resultados apresentados, o acolhimento e a proteção oferecidos às mulheres durante a passagem pela casa-abrigo contribuíram para o seu processo de reconstrução de projeto de vida quanto ao desenvolvimento da autonomia, da autoestima, do empoderamento, da reaproximação das pessoas da rede e da criação de estratégias de enfrentamento. Conforme apontam as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento (Brasil, 2011), um dos objetivos da casa-abrigo é promover condições de renda, saúde, moradia, creches e profissionalização das mulheres tendo em vista o fortalecimento da rede de atendimento. Assim, o trabalho realizado pelas profissionais da casa-abrigo viabilizou a saída das mulheres, uma vez que foram auxiliadas a buscarem emprego e lugar para morar sozinhas, com os filhos ou acolhidas por familiares ou amigos.

Em relação às práticas profissionais realizadas na casa-abrigo, para as participantes das pesquisas de Jonker et al. (2014) e Wright et al. (2007), o apoio e aconselhamento ofertados pelas profissionais as auxiliou para que a experiência de abrigamento fosse considerada positiva. Nessa direção, o estudo de Kim e Yang (2016) mostrou que a passagem das mulheres pela casa-abrigo contribuiu para o seu fortalecimento e desenvolvimento da autoconfiança.

Por outro lado, ainda no que concerne à passagem pela casa-abrigo, as participantes mencionaram que se sentiam “aprisionadas”, sem contato com o “mundo externo” e com dificuldades de adaptar-se às regras do local, resultado este que corrobora com a pesquisa de Krenkel e Moré (2015), em que as mulheres disseram que não poderem ver nada além dos muros da casa-abrigo é um fator dificultador da permanência no local. O ponto em comum das mulheres abrigadas era a situação de violência extrema que sofreram e estavam ali para enfrentá-la. Além disso, durante a permanência na casa-abrigo, as mulheres também se defrontaram com regras e valores diferentes dos seus junto ao desafio de compartilhar o espaço com pessoas desconhecidas. Ainda assim, as participantes deste estudo reconheceram a casa-abrigo como um lugar de proteção e “aprendizado” que resultou em mudanças no planejamento da vida pessoal e profissional, em aquisição de novos hábitos e na valorização de si mesmas e das relações. Nessa perspectiva, os resultados do presente estudo mostraram o reconhecimento das participantes quanto às suas potencialidades para realizarem ações em benefício próprio, como mudar de emprego, de casa, fazer cursos, posicionar-se de modo diferente expondo suas opiniões e desejos. Com base nesses resultados, acredita-se que o ambiente de proteção e o acolhimento oferecido pela casa-abrigo auxiliou no empoderamento das mulheres para que pudessem visualizar possibilidades de mudanças e conseguiram fazer um movimento de abertura, como planejar o futuro e/ou refletir sobre sua vida.

Da mesma forma em que houve o reconhecimento da ajuda oferecida pela casa-abrigo, os outros setores da rede de suporte social (serviços assistenciais, delegacias e conselho tutelar) foram mencionados como recursos para o enfrentamento da situação de violência caso viessem a sofrê-la novamente. Esse resultado também se confirma nos estudos qualitativos realizados por Krenkel et al. (2015) e Netto et al. (2015), em que delegacias e centros de referência de assistência social foram procurados pelas mulheres em situação de violência, sobretudo quando havia risco de morte. Outra pesquisa (Kamimura et al. , 2013) revelou que o apoio emocional oferecido pelos serviços assistenciais foi importante para a saúde e qualidade de vida das mulheres em situação de violência.

Tanto os resultados desta pesquisa quanto aqueles encontrados na literatura revelam que a qualidade do atendimento realizado nos setores da rede de suporte social é importante para que as mulheres se sintam seguras e acreditem na resolução do seu problema. As/Os profissionais que trabalham nesse contexto têm um papel fundamental para que as mulheres saiam do ciclo da violência (Dutra et al. , 2013). Assim, os resultados aqui cotejados sugerem que o fato de as mulheres terem uma experiência positiva de atendimento nos setores da rede de suporte social contribuiu para a menção e confiança nesses locais como recurso de enfrentamento para problemas em torno da violência em situações futuras.

Outra questão evidenciada nos resultados desta pesquisa é a perspectiva de todas as participantes em torno do crescimento no trabalho ao mesmo tempo em que estavam ou tinham planos de aperfeiçoar-se profissionalmente. Concomitante a isso, nas narrativas aparece como consenso o incentivo aos filhos para estudarem, pois as mulheres reconhecem a importância disso para aquisição de conhecimento, independência emocional e financeira, além de oportunidades profissionais melhores. De acordo com Netto et al. (2015), tanto o estudo quanto o trabalho favorecem o empoderamento da mulher, além de serem meios de elas ascenderem socialmente – sobretudo as de classes menos favorecidas –, terem uma postura crítica sobre as situações cotidianas e se sentirem melhor consigo mesmas e na relação com sua família. As participantes do presente estudo viam no trabalho uma oportunidade de crescimento e de autonomia financeira já que algumas delas não trabalhavam antes de irem para a casa-abrigo e eram dependentes financeiramente de seus companheiros.

No que se refere à saúde das mulheres, observou-se que, de maneira geral, a saúde física e emocional melhorou após o primeiro ano desde a saída na casa-abrigo. A esse respeito, chama à atenção o fato de as mulheres, que estavam com o autor da violência, dizerem que “não faziam nada” para cuidar da sua saúde. Em contrapartida, aquelas que estavam em novos relacionamentos desenvolveram algumas práticas de autocuidado e melhora da saúde física e mental. Para Pérez-Tarrés et al. (2016), o isolamento social e o controle exercido pelo autor da violência podem inibir as práticas de cuidado com a saúde e bem-estar. Já o fato de não ter a carga emocional gerada pela relação de violência contribui para o aumento da autoestima e da percepção da própria saúde (Pérez-Tarrés et al. , 2016).

No conjunto de fatores relacionados às mudanças de comportamento e de enfrentamento das situações cotidianas relatadas pelas participantes, a religiosidade/

espiritualidade teve destaque. Esta contribui para o enfrentamento de situações adversas e oferece conforto e bem-estar, auxilia na reorganização das experiências vivenciadas, além de ser considerada uma forma de apoio social (Melo et al. , 2015). A religiosidade/espiritualidade como forma de enfrentamento da violência contra a mulher também foi utilizada pelas participantes de outro estudo qualitativo (Gomes et al. , 2015) e ter sido mencionada nesta pesquisa pode ser considerada como uma estratégia positiva uma vez que proporciona efeito benéfico às participantes. Pondera-se que essa poderia ser uma estratégia de enfrentamento considerada negativa se as participantes tivessem falado, por exemplo, que costumam delegar a resolução dos seus problemas a Deus ou se referissem à sua situação como um castigo divino que deveria ser aceito (Panzini & Bandeira, 2007).

É importante mencionar que alguns elementos influenciam na escolha e na forma como se desenvolvem as estratégias para o enfrentamento de situações difíceis, tais como as crenças, valores, objetivos de vida, recursos pessoais e materiais, características psicológicas e ambientais (Folkman et al. , 1986). Estas formas de enfrentamento podem ser aprendidas, usadas e descartadas com base em sua efetividade diante de situações estressoras, sendo, dessa maneira, substituídas por outras mais eficazes (Folkman et al. , 1986). Nesse sentido, deve-se considerar a natureza do estressor, a disponibilidade dos recursos de enfrentamento e seus resultados com base no esforço investido tendo em vista que novas demandas sugerem novas estratégias (Antoniazzi et al. , 1998).

No que tange às relações pessoais, as participantes apontaram as pessoas da sua rede como importantes para o enfrentamento das situações do cotidiano. No contexto relacional, considera-se que um evento gerador de estresse, como a violência contra a mulher, resulta diferentes impactos e invisibilização das relações em um primeiro momento. Na medida em que as mulheres conseguem romper com o ciclo da violência, a família, ao tomar conhecimento da situação, sensibiliza-se, ressignifica suas crenças e passa a compreender a vivência e o sofrimento que acomete mulheres nessa situação. Esse movimento de compreensão, e até mesmo o de colocar-se no lugar do outro, favorece a reconstrução da história dos vínculos familiares.

Em contrapartida, ainda que tenha relatado sentir-se apoiada e ajudada por sua família, uma participante do estudo disse ter sido criticada e julgada por ter permanecido com o autor da violência. Essa característica também foi encontrada nas pesquisas de Sylaska e Edwards (2014) e de Vieira et al. , (2015), em que as

mulheres em situação de violência relataram que apenas queriam ser ouvidas e ter seus sentimentos compreendidos quando o que ocorria, na realidade, era que os familiares acabavam por desvalorizar seus sentimentos e diminuía a gravidade de situação e/ou as culpabilizavam pela situação. Nesse contexto, o trabalho do profissional deve considerar esses aspectos e, sempre que possível, trabalhar com a família, pois, como afirma Sluzki (2003), os comentários tecidos pelos membros das redes (familiar, de amizade, comunidade) podem tanto contribuir para a mudança de comportamento, tomada de decisão e cuidado de si, quanto para o isolamento e paralisação da pessoa frente a um problema.

Neste estudo, familiares e amigos foram as pessoas mais procuradas oferecendo suporte emocional, ajuda financeira e aconselhamento, o que corroborando com pesquisas similares (Gomes et al. , 2015; Reina et al. , 2013; Vieira et al. , 2015). No entanto, a literatura mencionada se refere a este tipo de ajuda durante a vivência da violência diferindo dos resultados do presente estudo em que a ajuda ocorreu após a saída da casa-abrigo. Nesse sentido, um dos achados deste estudo a ser destacado é que as práticas exercidas pelas profissionais da casa-abrigo mostraram às mulheres a importância de terem pessoas para auxiliá-las no seu cuidado e proteção ao saírem da casa-abrigo. Isto contribuiu para que as participantes do estudo se reaproximassem e/ou reconstruíssem a relação com sua rede social significativa, sobretudo com pessoas da família. Coaduna-se aqui com Sluzki (2003) quando afirma que com o passar do tempo e diante dos eventos que acontecem ao longo do ciclo vital, as redes vão se reorganizando-se e as mudanças em termos de número, proximidade e funções das pessoas se modificam.

Assim, observou-se, por um lado, a contribuição do trabalho das profissionais da casa-abrigo como rede de suporte social e da rede social significativa no processo de reconstrução do projeto de vida, constatado diante do reconhecimento de que as mulheres poderiam superar a situação de violência e reconstruir suas vidas. Por outro, as participantes também estavam abertas a reconhecer e a aceitar a ajuda vinda dessas pessoas, o que favoreceu à superação da situação de violência para que o desenvolvimento da reconstrução do projeto de vida pudesse, de fato, acontecer.

Considerações finais

O presente estudo buscou compreender a influência da passagem por uma casa-abrigo na reconstrução do projeto de vida de mulheres brasileiras ex-abrigadas por situação de violência extrema. De acordo com a teoria emergente sustentada nas categorias centrais de análise, os resultados desta pesquisa mostraram

que a experiência da passagem pela casa-abrigo teve influência decisiva no que se refere ao desenvolvimento da autonomia e ao empoderamento das mulheres para que pudessem reconstruir seus projetos de vida fraturados pela situação de violência. Da mesma forma, as conversações com as profissionais do local auxiliaram na criação de estratégias de enfrentamento da violência para situações futuras. Outro aspecto a ser destacado nesse estudo é no que tange às redes sociais significativas, uma vez que a passagem pela casa-abrigo contribuiu para o resgate do vínculo com as pessoas das redes, evidenciou-se como estas podem ser corresponsáveis pelo cuidado das mulheres.

Em termos de produção do conhecimento, em revisão de literatura realizada nos âmbitos nacional e internacional, não foram encontrados estudos de acompanhamento de mulheres que estiveram abrigadas. Assim, o avanço científico da presente pesquisa ocorreu uma vez que se pôde reencontrar mulheres que vivenciaram situações extremas de violência, como no caso da ameaça ou da tentativa de homicídio, em dois momentos distintos e conhecer como seguiram suas vidas após a experiência de abrigamento. Ademais, no âmbito social, esta pesquisa fornece subsídios para o planejamento dos setores que acolhem mulheres em situação de violência no sentido de desenvolverem suas práticas tendo em vista o conjunto de recursos apontados pelas participantes do estudo, recursos esses que as ajudaram a planejarem e a retomarem suas vidas após a experiência de abrigamento.

Com base nos resultados desta pesquisa, considera-se importante a criação de espaços nas casas-abrigo que ofereçam elementos efetivos para a reconstrução dos projetos de vida das mulheres que estão abrigadas junto à capacitação e à formação continuada das profissionais para aperfeiçoar o desempenho das suas práticas de intervenção. Entende-se que a elaboração de programas de educação voltados à promoção da saúde e à prevenção da violência, vinculados a instituições de ensino e profissionalizantes, nos quais as mulheres possam ser inseridas ao saírem da casa-abrigo, poderiam auxiliá-las na concretização do projeto de vida profissional.

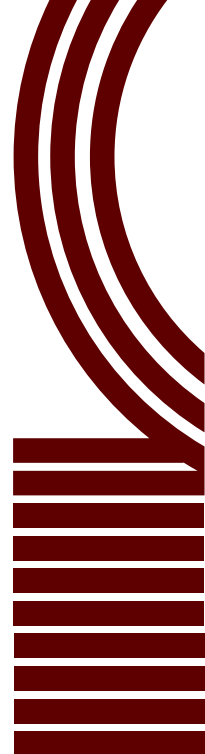
Dentre as intercorrências no processo de coleta dos dados, houve dificuldade de (re)encontrar as mulheres ex-abrigadas, situação comum neste campo de pesquisa uma vez que as mulheres mudam de cidade e telefone por conta da situação de violência vivenciada. Isto também impede o seguimento/acompanhamento pelos setores da rede de suporte social e reforça a necessidade de ações e medi-

das de apoio e monitoramento de mulheres que passaram por casas-abrigo, tal como preconizado pelas políticas públicas de enfrentamento da violência contra a mulher. A importância do seguimento/acompanhamento de mulheres ex-abrigadas ocorre na medida em que a diminuição e/ou o afastamento das pessoas das redes sociais e/ou de suporte social pode favorecer sua revitimização e manutenção no ciclo da violência, o que pode gerar dificuldades na busca por recursos pessoais e institucionais.

Cabe mencionar ainda que este estudo teve como participantes mulheres que foram acolhidas em uma casa-abrigo da região Sul do Brasil, na qual são desempenhadas práticas profissionais singulares em um contexto sócio-cultural específico. Nesse sentido, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas em outras regiões e países a fim de identificarem as similaridades e disparidades, considerando as diferenças sociais, raciais e culturais existentes.

Referências

- Antoniuzzi, A. S.; Dell'aglio, D. D.; Bandeira, D. R. (1998). O conceito de coping: Uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia*, 3(2), 273-294. Doi: 10.1590/S1413-294X1998000200006
- Brasil, Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM. (2011). *Diretrizes Nacionais para o abrigamento de mulheres em situação de risco e violência*. Brasília, DF: Autor. Recuperado de <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/diretrizes-nacionais-para-o-abrigamento-de-mulheres-em-situacao-de-risco-e-de-violencia>
- Cho, J. Y. & Lee, E.-H. (2014). Reducing confusion about grounded theory and qualitative content analysis: Similarities and differences. *The Qualitative Report*, 19(32). Recuperado de <https://nsuworks.nova.edu/tqr/vol19/iss32/2>
- Dutra, M. L., Prates, P. L., Nakamura, E. & Villela, W. V. (2013). A configuração da rede social de mulheres em situação de violência doméstica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(5), 1293-1304. Doi: 10.1590/S1413-81232013000500014
- Fernandes, G. B., Gaia, V. O. & Assis, C. L. (2014). Estratégias de enfrentamento da violência de gênero em mulheres de Ji-Paraná (RO). *Mudanças – Psicologia da Saúde*, 22(2), 1-14. Doi: 10.15603/2176-1019/mud.v22n2p1-14
- Gomes, N. P., Diniz, N. M. F., Reis, L. A., Erdmann, A. L. (2015). Rede social para o enfrentamento da violência conjugal: Representações de mulheres que vivem o agravo. *Texto & Contexto Enfermagem*, 24(2), 316-324. Doi: 10.1590/0104-07072015002140012
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2014). *Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2014*. Rio de Janeiro, RJ: Autor. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agen>



- cia-de-noticias/releases/14659-asi-ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-em-2014
- Jonker, I. E. , Jansen, C. C. J. M. , Chistians, M. G. M. & Wolf, J. R. L. M. (2014). Appropriate care for shelter-based abuse women: Concept mapping with dutch clients and professionals. *Violence Against Women*, 20(4), 465-480. Doi: 10.1177 / 1077801214528580
- Kamimura, A. , Parekh, A. & Olson, L. M. (2013). Health indicators, social support, and intimate partner violence among women utilizing services at a community organization. *Women's Health Issues*, 23(3), 179-185. Doi: 10.1016 / j.whi.2013.02.003
- Kim, G. & Yang, S. (2016). An ethnographic study of a shelter for victims of domestic violence in Korea. *Indian Journal of Gender Studies*, 23(3), 376-392. Doi: 10.1177/0971521516656076
- Krenkel, S. & Moré, C. L. O. O. (2015). O acolhimento dos profissionais que atuam em casa-abrigo na perspectiva de mulheres que sofreram violência. *PSICO-PUC*, 46(2). Doi: 10.15448/1980-8623.2015.2.17616
- Krenkel, S. , Moré, C. L. O. O. , Cantera, L. M. E. , Jorge, S. S. S. , Motta, C. C. L. (2015). Resonances arising from sheltering in the family dynamics women in situations of violence. *Universitas Psychologica*, 14(4), 1245-1258. Doi: 10.11144/Javeriana.upsy14-4.rdad
- Melo, C. F. , Sampaio, I. S. , Souza, D. L. A. & Pinto, N. S. (2015). Correlação entre religiosidade, espiritualidade e qualidade de vida: Uma revisão de literatura. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 15 (2), 447-464. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/17650/13050>
- Netto, L. A. , Moura, M. A. V. , Silva, G. F. , Penna, L. H. G. & Pereira, A. L. F. (2015). Mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo: tomada de decisão por apoio institucional especializado. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 36(esp.), 135-142. Doi: 10.1590/1983-1447.2015.esp.54361
- Organização das Nações Unidas-ONU (1993). *Declaration on the elimination of violence against women*. General Assembly Resolution nº. A/RES/48/104, Geneve: United Nations. Recuperado de <http://www.un.org/documents/ga/res/48/a48r104.htm>
- Organización Mundial de la Salud – OMS. (2016). *Violencia contra la mujer*. Violencia de Pareja y violencia sexual contra la mujer. Recuperado de <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs239/es/>
- Ornelas, J. (2008). *Psicologia Comunitária*. Lisboa: Fim de século.
- Panzini, R. G. & Bandeira, D. R. (2007). *Coping* (Enfrentamento) religioso/espiritual. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 34(1). Doi: 10.1590/S0101-60832007000700016
- Pérez-Tarrés, A. , Cantera, L. M. E. & Silva, J. P. (2016). Prácticas de autocuidado em mulheres víctimas de violencia de género. *Tuiuti: Ciência e Cultura*, 53, 11-27. Recuperado de http://universidadetuiuti.utp.br/tuiuticienciaecultura/ciclo_4/tcc_53_psico3/pdf_53/art_1.pdf
- Reina, A. S. , Maldonado, M. M. & Lohman, B. J. (2013). Undocumented Latina networks and responses to domestic violence in a new immigrant gateway:

- Toward a place-specific analysis. *Violence Against Women*, 19(12), 1472-1497. Doi: 10.1177/1077801213517513
- Sluzki, C. E. (2003). *A rede social na prática sistêmica: Alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Strauss, A. & Corbin, J. (2008). *Pesquisa qualitativa: Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Porto Alegre: Artmed.
- Sylaska, K. M. & Edwards, K. M. (2014). Disclosure of intimate partner violence to informal social support network members: A review of the literature. *Trauma, Violence and Abuse*, 15(1), 3-21. Doi: 10.1177/1524838013496335
- Vieira, L. B. , Souza, I. E. O. , Tocantins, F. R. & Pina-Roche, F. (2015). Apoio à mulher que denuncia o vivido da violência a partir de sua rede social. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, 23(5), 865-873. Doi: 10.1590/0104-1169.0457.2625
- Waiselfisz, J. J. (2015). *Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília, DF: Autor. Recuperado de http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf
- World Health Organization – WHO. (2002). World report on violence and health. Geneva: World Health Organization. Recuperado de https://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/
- Wright, R. , Kiguwa, P. & Potter, C. (2007). The significance of sheltering in the lives of four women affect by abusive relationship. *South African Journal of Psychology*, 37(3), 616-637. oi: 10.1177 / 008124630703700314